

É preciso que o Governo pare de desestabilizar a Carris e o Metro!

E que a luta dos trabalhadores continue a defendê-las!

Foi ontem anunciado que o tribunal **aceitara a providência cautelar** colocada pela CM Lisboa contra o processo de subconcessão da Carris e do Metropolitano de Lisboa. Foi igualmente noticiado que o governo havia mandado entregar ontem **um recurso** invocando o «interesse público» e que considerava que o processo não se encontrava suspenso.

O PCP não tem quaisquer dúvidas do carácter **amplamente ilegal** desta PPP, que vai muito para além da questão invocada nesta providência. O PCP também não tem quaisquer dúvidas sobre os **imensos prejuízos** que esta PPP provocaria ao Orçamento de Estado, aos utentes, aos trabalhadores e às populações. Sabemos que razões não faltam para que as instituições da República travem este processo. Mas não alimentamos falsas expectativas e sublinhamos que só o crescimento da luta poderá levar essas instituições a cumprir o seu papel.

O recurso apresentado pelo governo trata-se de um costumeiro **expediente administrativo** que tem usado ao longo do seu mandato, e visa, antes de mais, tentar colocar a justiça perante factos consumados e consagrar futuros direitos adquiridos pelas suas clientelas. Recordamos por exemplo o acontecido com a PPP da ligação ferroviária em alta velocidade Badajoz-Caia, que quando foi cancelada implicou o pagamento de indemnizações de largos milhões de euros.

O expediente meramente administrativo utilizado pelo Governo para tentar ultrapassar a providência cautelar demonstra que o Governo pretende prosseguir o processo de privatizações custe o que custar.

O PCP alerta os trabalhadores e os utentes para que **depende essencialmente do crescimento da luta** a necessária travagem da criminosa PPP que o Governo está a tentar montar com a exploração comercial da Carris e do Metropolitano de Lisboa.

O PCP alerta ainda os trabalhadores e os utentes para que a ofensiva contra o acesso aos transportes públicos e contra a Carris e o Metropolitano de Lisboa é bem **mais vasta que o actual processo de subconcessão, e inclui um vasto processo de reestruturação**, onde se destacam questões como: a retirada dos eléctricos, dos ascensores e elevadores do serviço público e a sua privatização no quadro da privatização da CarrisTur; a entrega do material circulante do Metro à Siemens num processo de leaseback; a fusão irregular de um conjunto de serviços no quadro da inexistente «Transportes de Lisboa» com significativas reduções na fiabilidade e segurança da operação.

O Governo faz acompanhar o processo de privatizações com uma poderosa campanha mediática que procura criminalizar a resistência e passar para os trabalhadores a responsabilidade pelo processo de desestabilização em que o Governo se encontra apostado. O PCP sublinha a importância de travar estes processos, e face à cega determinação do Governo de os concretizar a qualquer custo, **apela ao reforço da resistência, da unidade e da luta dos trabalhadores e dos utentes.**

É preciso travar o Governo!

É preciso conquistar uma outra política,

que aposte num serviço público de transportes ao serviço do povo e do país!

Está nas mãos do povo português conquistar esse caminho!